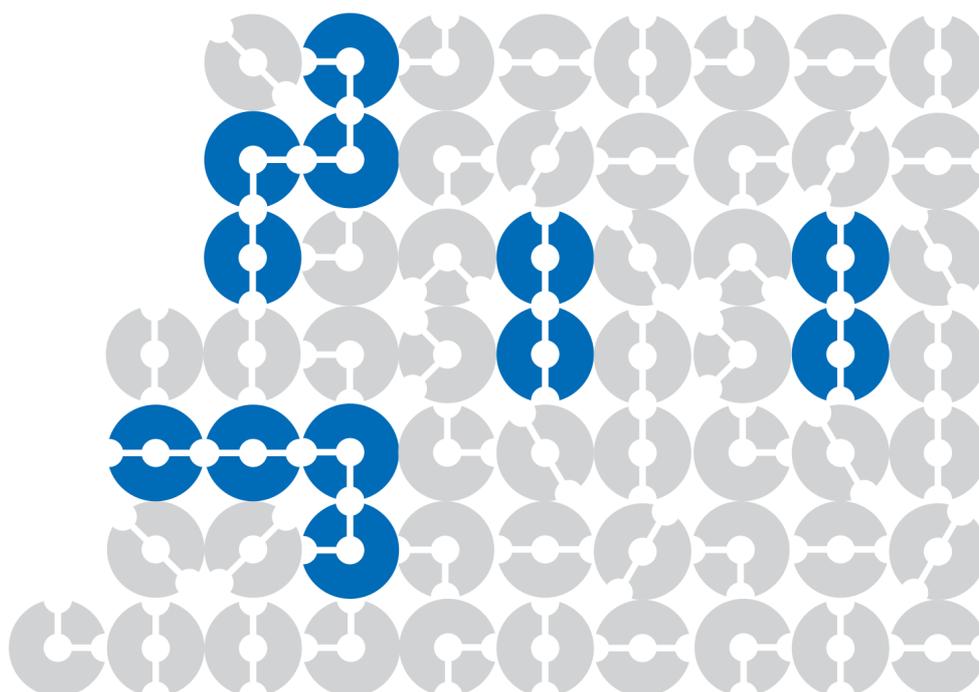




**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

31 de dezembro de 2017



## Sumário

Balço Patrimonial.....	6
Demonstraço do Resultado.....	7
Demonstraço do Resultado Abrangente.....	7
Demonstraço dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstraço do Valor Adicionado.....	9
Demonstraço das Mutaço es do Patrimônio Líquido.....	10
Notas Explicativas às Demonstraço es Contábeis.....	11
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
2.1 – Declaraço de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade.....	12
2.2 – Base de mensuraço.....	12
2.3 – Moeda funcional e de apresentaço.....	12
2.4 – Uso de estimativas e julgamentos.....	13
2.5 – Mensuraço do valor justo.....	13
NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	13
3.1 – Caixa e equivalentes de caixa.....	13
3.2 – Imobilizado.....	13
3.2.1 – Reconhecimento e mensuraço.....	14
3.2.2 – Gastos subsequentes.....	14
3.2.3 – Depreciaço.....	14
3.2.4 – Obras em Andamento.....	14
3.3 – Ativos Intangíveis.....	14
3.3.1 – Gastos subsequentes.....	14
3.3.2 – Amortizaço.....	15
3.4 – Ativos mantidos para venda.....	15
3.5 – Reduço ao valor recuperável de ativos (impairment).....	15
3.6 – Aplicaço de novas normas.....	15
3.7 – Receita Operacional.....	15
3.8 – Benefícios a empregados.....	16
3.9 – Planos de contribuiço definida.....	16
3.10 – Planos de benefício definido.....	16
3.11 – Receitas financeiras e despesas financeiras.....	16
3.12 – Imposto de renda e contribuiço social.....	16
3.13 – Perdas estimadas em créditos de liquidaço duvidosa (PECLD).....	17
3.14 – Demonstraço do Valor Adicionado (DVA).....	17
NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
4.1 – Bancos Conta Movimento.....	17
NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA.....	17
NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES.....	18
6.1 – Perda estimada em créditos de liquidaço duvidosa (PECLD).....	18
NOTA 7 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	18
NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.....	19
8.1 – IRPJ e CSLL a compensar.....	19
8.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar.....	19
8.3 – IRPJ e CSLL a recuperar.....	19
NOTA 9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS.....	19

NOTA 10 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL.....	20
NOTA 11 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS.....	20
NOTA 12 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES .....	21
NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	21
13.1 – Créditos a Receber de EFPC – SERPROS.....	21
NOTA 14 – IMOBILIZADO .....	21
14.1 – Movimentação do Imobilizado.....	22
14.2 – Movimentação da Depreciação.....	22
NOTA 15 – INTANGÍVEL.....	22
NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES.....	23
NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS.....	23
NOTA 18 – IRPJ e CSLL.....	24
18.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL.....	24
18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício.....	24
18.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos .....	24
18.4 – Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL.....	25
NOTA 19 – FORNECEDORES.....	25
NOTA 20 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS .....	25
20.1 – Obrigações com Pessoal – Férias e Licença Prêmio.....	26
NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	26
NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	27
22.1 – Processos classificados como Possíveis ou Remotos de Execução.....	27
22.2 – Contingência Tributária .....	28
NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
23.1 – Capital Social.....	28
23.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis.....	28
23.3 – Prejuízos acumulados.....	28
NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO .....	28
24.1 – Receita Bruta e Receita Líquida.....	29
24.2 – Composição dos gastos na DRE .....	30
DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS.....	30
NOTA 25 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS .....	30
25.1 – Plano de Previdência Complementar .....	30
25.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I).....	30
25.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II).....	30
25.2 – Benefícios pós-emprego.....	31
25.2.1 – Com relação ao PS-I.....	31
25.2.2 – Com relação ao PS-II.....	31
25.2.3 – Premissas técnicas.....	31
25.3 – Auxílio-alimentação.....	32
25.4 – Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO.....	32
25.5 – Plano Odontológico.....	33
NOTA 26 – SEGUROS.....	33
NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS.....	33
27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes.....	33
NOTA 28 – CONTINGÊNCIA ATIVA.....	33
NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	34

NOTA 30 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES.....	34
30.1 – Balanço Patrimonial.....	34
30.1.1 – Ativo Circulante.....	34
30.1.2 – Ativo Não Circulante.....	34
30.1.3 – Passivo Circulante .....	35
30.1.4 – Passivo Não Circulante.....	35
30.1.5 – Patrimônio Líquido.....	36
30.2 – Demonstração do Resultado do Exercício.....	36
30.2.1 – Receita Bruta e Deduções das Receitas .....	36
30.2.2 – Custos e Despesas Operacionais .....	37
30.2.3 – Resultado financeiro .....	37
30.2.4 – Tributos sobre o lucro (IRPJ/ CSLL).....	38
NOTA 31 – Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis.....	39
Anexo II – Legislação aplicável.....	40
Sumário de Siglas e Abreviaturas.....	41

## Balanco Patrimonial

Em milhares de R\$

Ativo	NE	2017	2016
<b>Circulante</b>		<b>726.739,0</b>	<b>621.382,6</b>
. Caixa e Equivalentes de Caixa	4	232.780,5	252.297,8
. Ativos Financeiros		265,7	262,3
. Créditos a Receber		391.467,0	200.423,7
Clientes	6	336.880,0	134.725,3
Ressarcimento de Pessoal	7	53.250,6	64.406,8
Créditos Diversos a Receber		1.336,4	1.291,5
. Créditos Tributários	8	95.909,6	164.015,5
. Bens e Valores em Circulação		556,3	667,4
. Despesas Antecipadas		5.759,9	3.715,8
<b>Ativo não circulante mantido para venda *</b>		<b>246,0</b>	<b>246,0</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>2.861.532,5</b>	<b>3.024.411,5</b>
. Realizável a Longo Prazo		2.300.836,7	2.416.622,8
Depósitos Judiciais e Recursais	9	280.146,8	262.342,0
Ressarcimento de Pessoal	10	1.545.064,3	1.636.108,0
Créditos Tributários	11	415.273,6	457.701,5
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.246,8	60.366,2
Outros Ativos		105,1	105,1
. Imobilizado	14	494.540,0	492.621,8
. Intangível	15	66.155,8	115.166,9
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.588.517,5</b>	<b>3.646.040,1</b>
<b>Passivo</b>		<b>DEZEMBRO 2017</b>	<b>DEZEMBRO 2016</b>
<b>Circulante</b>		<b>725.540,7</b>	<b>805.023,6</b>
. Consignações	16	65.997,4	76.626,7
. Tributos e Encargos Sociais	17	119.336,1	94.545,5
. Depósitos Diversas Origens		990,8	977,5
. Obrigações a Pagar		539.216,4	632.873,8
Fornecedores	19	186.309,1	307.999,9
Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	20	316.089,8	280.238,6
Plano de Previdência Complementar		36.631,6	44.627,5
Outras Obrigações		185,9	7,8
<b>Não Circulante</b>		<b>2.226.405,0</b>	<b>2.430.541,7</b>
Fornecedores		118,0	1.455,0
Obrigações Tributárias	21	71.471,3	91.232,7
Provisões Trabalhistas e Cíveis	22	1.643.979,3	1.754.564,2
Plano de Previdência Complementar	25	509.127,8	579.397,3
Receita Diferida		1.212,5	3.396,3
Outras Obrigações		496,1	496,1
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>636.571,8</b>	<b>410.474,8</b>
. Capital	23.1	1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas de Reavaliação	23.2	138.214,2	138.214,2
. Outros Resultados Abrangentes	30.1.5	(376.030,8)	(479.133,2)
. Lucros/Prejuízos Acumulados	23.3	(186.616,4)	(309.611,0)
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.588.517,5</b>	<b>3.646.040,1</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas.

(\*) O valor do ativo não circulante mantido para venda foi reclassificado retrospectivamente, uma vez que estava indevidamente registrado como propriedade para investimento no exercício 2016.

## Demonstração do Resultado

Em milhares de R\$

	NE	2017	2016
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>2.382.900,6</b>	<b>2.138.332,7</b>
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>24.2</b>	<b>(1.113.704,2)</b>	<b>(1.118.442,7)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>1.269.196,4</b>	<b>1.019.890,0</b>
<b>Despesas Operacionais (exceto resultado financeiro)</b>		<b>(1.094.843,0)</b>	<b>(1.205.726,6)</b>
Despesas com Pessoal e Benefícios		(881.108,6)	(839.474,9)
Depreciação e Amortização		(50.429,9)	(44.718,5)
Locação		(24.010,5)	(19.603,8)
Manutenção		(54.924,5)	(41.694,3)
Serviços de Comunicação		-	(2.103,6)
Serviços Profissionais e Contratados		(42.890,5)	(47.242,0)
Serviços Públicos		(16.901,1)	(14.840,6)
Resultado com Créditos a Receber		(4.673,2)	(8.004,4)
Despesas Tributárias Diversas		(3.843,2)	(4.279,0)
Materiais		(5.158,8)	(4.295,7)
Outras Despesas/Receitas		6.531,0	6.966,4
Resultado com Ações Judiciais		(17.433,7)	(186.436,2)
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>641,0</b>	<b>(37.242,5)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>174.994,4</b>	<b>(223.079,3)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(51.880,3)</b>	<b>60.768,3</b>
Tributos correntes		(62.564,0)	
Tributos diferidos		10.683,7	60.768,3
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</b>		<b>123.114,1</b>	<b>(162.311,0)</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

## Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de R\$

Histórico	2017	2016
<b>Resultado líquido do Período</b>	<b>123.114,1</b>	<b>(162.311,0)</b>
<b>(+/-) Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>103.102,3</b>	<b>(329.236,5)</b>
Ajustes de Instrumentos Financeiros	3,4	(519,7)
Ajustes de Passivos Atuariais	156.210,6	(498.055,7)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	(53.111,6)	169.339,0
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>226.216,4</b>	<b>(491.547,5)</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	Em milhares de R\$	
	2017	2016
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Clientes	2.554.301,3	2.464.504,5
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	125.931,1	386.414,9
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	276.716,0	256.145,2
Outros Recebimentos	49.295,1	36.863,1
Receita de Compensação Tributária	160.242,7	134.950,4
Tributos e Encargos – inclusive compensação tributária	(642.945,6)	(594.723,0)
Pessoal e Encargos – inclusive compensação tributária	(1.874.528,1)	(1.939.240,1)
Sentenças Judiciais	(47.742,9)	(50.817,1)
Pagamentos a Fornecedores	(486.776,0)	(370.285,8)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)</b>	<b>114.493,7</b>	<b>323.811,9</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Imobilizado/ Intangível	(134.011,0)	(127.051,9)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)</b>	<b>(134.011,0)</b>	<b>(127.051,9)</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b)</b>	<b>(19.517,4)</b>	<b>196.760,0</b>
<b>Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>252.297,8</b>	<b>55.537,9</b>
<b>Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>232.780,5</b>	<b>252.297,8</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

## Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R\$

	2017	%	2016	%
<b>Receitas</b>	<b>2.923.851,15</b>	<b>119,53</b>	<b>2.592.640,62</b>	<b>134,33</b>
Vendas de Serviços	2.931.812,69	119,85	2.605.219,28	134,98
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.673,19)	(0,19)	(8.004,40)	(0,41)
Descontos Concedidos	(1.882,32)	(0,08)	(1.132,84)	(0,06)
Vendas Canceladas	(1.406,04)	(0,06)	(3.441,41)	(0,18)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(336.671,06)</b>	<b>(13,76)</b>	<b>(347.681,12)</b>	<b>(18,01)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.587.180,08</b>	<b>105,76</b>	<b>2.244.959,50</b>	<b>116,31</b>
<b>Retenções</b>	<b>(159.796,01)</b>	<b>(6,53)</b>	<b>(327.706,00)</b>	<b>(16,98)</b>
Depreciações e Amortizações	(142.362,31)	(5,82)	(141.269,78)	(7,32)
Resultados com Ações Judiciais	(17.433,70)	(0,71)	(186.436,22)	(9,66)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>2.427.384,08</b>	<b>99,23</b>	<b>1.917.253,50</b>	<b>99,34</b>
<b>Recebido de terceiros</b>	<b>18.818,64</b>	<b>0,77</b>	<b>12.829,58</b>	<b>0,66</b>
Receitas Financeiras	18.818,64	0,77	12.829,58	0,66
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.446.202,72</b>	<b>100,00</b>	<b>1.930.083,08</b>	<b>100,00</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)</b>	<b>1.616.547,81</b>	<b>67,00</b>	<b>1.565.101,55</b>	<b>81,09</b>
<b>Governo (Impostos e Contribuições)</b>	<b>673.075,73</b>	<b>27,90</b>	<b>527.292,52</b>	<b>27,32</b>
<b>Capitais de Terceiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>123.114,08</b>	<b>5,10</b>	<b>(162.310,99)</b>	<b>(8,41)</b>
Lucros/Prejuízos Retidos	123.114,08	5,10	(162.310,99)	(8,41)
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2.412.737,62</b>	<b>100,00</b>	<b>1.930.083,08</b>	<b>100,00</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de R\$

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>(245.138,6)</b>	<b>(149.896,7)</b>	<b>804.183,8</b>
<b>Lucros/Prejuízos Líquido</b>			<b>(64.472,4)</b>		<b>(64.472,4)</b>
Resultado Líquido do Período			(162.311,0)		(162.311,0)
Ajustes de Passivos Atuariais			148.240,3		148.240,3
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais			(50.401,7)		(50.401,7)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				<b>(329.236,5)</b>	<b>(329.236,5)</b>
Ajustes de Instrumentos Financeiros				(519,7)	(519,7)
Ajustes de Passivos Atuariais				(498.055,7)	(498.055,7)
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				169.339,0	169.339,0
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>(309.611,0)</b>	<b>(479.133,2)</b>	<b>410.474,9</b>

	Capital	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 janeiro de 2017</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>(309.611,0)</b>	<b>(479.133,2)</b>	<b>410.474,8</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores			(119,4)		(119,4)
<b>Saldo em 01 janeiro de 2017 ajustado</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>(309.730,5)</b>	<b>(479.133,2)</b>	<b>410.355,4</b>
<b>Lucros/Prejuízos Líquido</b>			<b>123.114,1</b>	<b>103.102,3</b>	<b>226.216,4</b>
Resultado Líquido do Período			123.114,1		123.114,1
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>				<b>103.102,3</b>	<b>103.102,3</b>
Ajustes de Instrumentos Financeiros				3,4	3,4
Ajustes de Passivos Atuariais				156.210,6	156.210,6
IR/CSSLL sobre ajustes de Passivos Atuariais				(53.111,6)	(53.111,6)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>1.061.004,8</b>	<b>138.214,2</b>	<b>(186.616,4)</b>	<b>(376.030,8)</b>	<b>636.571,8</b>

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as Notas Explicativas

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma Empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, regida pelas Leis nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 13.303 de 30 de junho de 2016, e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 21 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 27 de março de 2017. O SERPRO tem sede e foro em Brasília-DF.

A Empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, SIGEPE, SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN) e Gestão de Margem Consignável.

A partir de 2016 a Empresa estruturou seu portfólio de soluções em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:

- **Serviços sob Medida:** caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;
- **Serviços de Informação:** voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;
- **Serviços em Nuvem:** direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

Em 2017, o SERPRO desenvolveu produtos e serviços para as três linhas de negócio, e que mudaram a vida do cidadão, aprimoraram a gestão pública e contribuíram para a melhoria do ambiente de negócios do país.

É possível destacar as novas implementações no eSocial e maior agilidade nos processos de exportações e importações, com novas funcionalidades do Portal Único de Comércio Exterior. O SERPRO atua também como desenvolvedor de todas as soluções

para atender ao Programa Empreender Mais Simples, iniciativa do governo federal para reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios para micro e pequenos empresários. O SERPRO atuou ainda na implementação do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), solução web para garantir o mapeamento eficiente e melhorar a gestão do sistema penitenciário brasileiro. A capacidade de buscar inovações foi parte importante da estratégia da Empresa em 2017, como atestam a implementação de soluções móveis para os serviços de governo, como o lançamento da CNH Digital.

Os serviços prestados pela Empresa envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

Tais aspectos são fruto do modelo de planejamento estratégico, que foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. Nesse sentido, a visão da Empresa a partir do novo modelo de planejamento é **“ser líder em soluções digitais para governo e sociedade”**, tendo como missão **“conectar governo e sociedade com soluções digitais”**.

## **NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **2.1 – Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade**

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2017, foi autorizada pela Diretoria da Empresa em reunião realizada em 24 de janeiro de 2018. Após a sua emissão, somente a Assembleia Geral tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 05 de março de 2018, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 – Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido.

### **2.3 – Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

## 2.4 – Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 5 – Ativos circulantes mantidos para venda; NE 6 e 12 – Créditos a receber de clientes; NE 14 – Imobilizado; NE 22 – Provisões trabalhistas e cíveis e NE 25 – Benefícios a empregados.

## 2.5 – Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados com diferentes níveis em uma hierarquia, baseada nas seguintes técnicas de avaliação:

- i) nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- ii) nível 2 – preços cotados em mercados ativos e ajustados com critérios definidos e verificáveis;
- iii) nível 3 – valores que não são baseados em dados observáveis de mercado.

Caso ocorram mudanças, a Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período. Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 5 – Ativos Circulantes mantidos para a venda e NE 14 – Imobilizado.

## NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas.

### 3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

### 3.2 – Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.

### 3.2.1 – Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo.

*Software* adquirido, que seja parte da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte do ativo.

### 3.2.2 – Gastos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

### 3.2.3 – Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando-se o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, excetuando-se terrenos, que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações	10 anos
Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos
Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos
Móveis e utensílios	3 – 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### 3.2.4 – Obras em Andamento

Representam o valor bruto dos gastos relacionados a obras realizadas até a data do balanço. À medida que forem concluídas e entrarem em operação, as obras serão reclassificadas em conta específica e submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial.

## 3.3 – Ativos Intangíveis

Cessões de direito de uso e licenças de uso de *software* estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a *software* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

### 3.3.1 – Gastos subsequentes

São capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de *software*, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### 3.3.2 – Amortização

O cálculo da amortização é realizado pelo método linear, baseado na vida útil dos itens, sendo reconhecido no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Cessão de direito de uso de software	3 – 5 anos
Licença de uso de software	1 – 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### 3.4 – Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se for altamente provável sua recuperação por meio de venda em vez de uso contínuo.

### 3.5 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos a cada data de balanço, de modo a apurar se há ou não indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para fins de apuração do valor recuperável, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa (UGC), o que se deve ao fato de que 86,4% da receita provém dos serviços de processamento de dados.

Em 2017, não houve registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Além disso, a Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício, somando-se ainda o fato de que não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade da Empresa.

Diante do exposto, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01 (R3)), portanto, não houve a realização do teste de *impairment*.

### 3.6 – Aplicação de novas normas

A partir de 2018, a Empresa deverá adotar o NBC TG 47, que introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, assim como por quanto será mensurada. Essa norma substitui as atuais para o reconhecimento de receitas, incluindo o NBC TG 30 (R1) – Receitas. Na aplicação da nova norma, a Empresa utilizará o método de efeito cumulativo, que consiste em evidenciar os saldos patrimoniais de abertura impactados.

### 3.7 – Receita Operacional

A Empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de soluções digitais para o setor público e a sociedade, que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

As receitas com prestação de serviços, em sua maioria, advém dos serviços de

processamento de dados (86,4%), tratando-se de serviços sob medida, que se caracterizam como de natureza continuada. Neste caso, o reconhecimento se dá continuamente, conforme previsão contratual. Os demais serviços, que são prestados sob demanda, a exemplo do desenvolvimento de software (7,6%) e suporte técnico e assistência técnica (5,1%), são reconhecidos à medida de sua execução.

### **3.8 – Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **3.9 – Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal, quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

### **3.10 – Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definido é calculada anualmente por uma consultoria atuarial, utilizando-se o método de crédito unitário projetado. O cálculo da obrigação de cada um dos planos é realizado com base na estimativa do valor do benefício futuro, sendo descontado a valor presente e apresentado líquido de quaisquer ativos do plano.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo, são reconhecidas imediatamente em Outros Resultados Abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

### **3.11 – Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC – SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### **3.12 – Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente

reconhecidos em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e contribuição social correntes a pagar ou a recuperar são evidenciados no balanço patrimonial pelo valor líquido, considerando-se a diferença entre valores pagos (ativo) e devidos (passivo).

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e aqueles usados para fins de tributação. São mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias, quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas decretadas até a data do balanço.

### 3.13 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Os valores vencidos há mais de 365 dias compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente.

### 3.14 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Empresa elabora a DVA (NBC TG 09), que é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

## ATIVO

### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão assim discriminados:

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Bancos c/ movimento	232.340,0	251.138,6
Fundo de aplicação financeira	440,5	1.159,3
<b>Total</b>	<b>232.780,5</b>	<b>252.297,8</b>

### 4.1 – Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

### NOTA 5 – ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Incentivos fiscais: FINAM/ FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção monetária - lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para perdas prováveis	(9.628,1)	(9.631,5)
<b>Total</b>	<b>265,7</b>	<b>262,3</b>

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

A partir de 1991, a Empresa passou a estimar as perdas prováveis (Decreto nº 101/1991), devido a considerável queda do valor das cotas, de modo a demonstrar o valor justo do ativo. Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível.

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos:

- i) FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento;
- ii) FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, emitidas ao longo de vários exercícios, também sem vencimento definido. O valor das cotas é atualizado mensalmente pelo preço de fechamento da BOVESPA.

## NOTA 6 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Em 2017, os créditos a receber de clientes alcançaram R\$ 360,4 milhões (R\$ 153,6 milhões em 2016), sendo apresentados no balanço deduzidos da PECLD, estimada em R\$ 23,5 milhões (R\$ 18,9 milhões em 2016).

Descrição	Em milhares de R\$			
	2017	%	2016	%
Créditos a receber de clientes – a vencer	69.708,5	0,19	58.525,8	0,38
Créditos a receber de clientes – vencidos	290.667,9	0,81	95.094,6	0,62
<b>Créditos a receber</b>	<b>360.376,4</b>		<b>153.620,4</b>	
PECLD	(23.496,4)		(18.895,1)	
<b>Total</b>	<b>336.880,0</b>		<b>134.725,3</b>	

### 6.1 – Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda é estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes e de acordo com o risco de não recebimento. Em 2017, foi avaliada em R\$ 23,5 milhões (R\$ 18,9 milhões em 2016). Desde 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes, o que não ocorreu em 2017.

## NOTA 7 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Ressarcimento PSE	46.805,7	64.406,8
Ressarcimento PSE – ACT	6.444,9	-
<b>Total</b>	<b>53.250,6</b>	<b>64.406,8</b>

O SERPRO possui 2.495 empregados cedidos a órgãos governamentais, em sua maioria lotados no MF. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as Notas de Ressarcimento (NR) enviadas aos órgãos cessionários e a apropriação por competência referente ao ACT 2017/2018. Os valores totalizam R\$ 53,3 milhões (R\$ 64,4 milhões em 2016), dos quais R\$ 8,5 milhões são referentes a exercícios anteriores.

## NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 95,9 milhões (R\$ 164,1 milhões, em 2016), assim distribuídos:

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
IRPJ/CSLL a compensar	94.365,9	161.890,5
PIS/ PASEP/ COFINS a compensar	1.543,7	1.543,7
IRPJ/CSLL a recuperar	-	581,3
<b>Total</b>	<b>95.909,6</b>	<b>164.015,5</b>

### 8.1 – IRPJ e CSLL a compensar

O saldo acumulado em dezembro de 2017 (R\$ 94,4 milhões) representa a diferença entre as antecipações decorrentes, em sua maioria, de retenção na fonte de IRPJ CSLL efetuada por clientes (R\$ 156,3 milhões) e os valores desses tributos devidos no final do período de apuração (R\$ 62,0 milhões).

### 8.2 – PIS/PASEP e COFINS a compensar

O saldo de R\$ 1,5 milhão decorre de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007, por meio de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. A compensação desses créditos ainda não foi realizada, devido ao fato da RFB não ter homologado integralmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007..

Atualmente, o processo encontra-se no CARF, até posicionamento do recurso voluntário apresentado pelo SERPRO, que visa à disponibilidade do saldo remanescente.

### 8.3 – IRPJ e CSLL a recuperar

O saldo destes tributos a recuperar (R\$ 581,3 mil), constituído sobre ajustes de exercícios anteriores no ano de 2015, foi baixado por ter sido classificado como não recuperável.

## ATIVO NÃO CIRCULANTE

### NOTA 9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Depósitos judiciais	234.621,24	221.198,44
Depósitos recursais	39.175,02	34.792,99
Ações fiscais	6.350,58	6.350,58
<b>Total</b>	<b>280.146,8</b>	<b>262.342,0</b>

O saldo de R\$ 280,1 milhões (R\$ 262,3 milhões em 2016) constitui-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. No caso das ações fiscais, correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado administrativamente até o julgamento final da ação (IN RFB 787/2007).

**NOTA 10 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL**

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
<b>(a) Apropriação por competência</b>	<b>39.007,8</b>	<b>37.338,8</b>
Férias	22.433,3	22.954,8
Licença-prêmio	15.571,2	14.384,0
Acordo Coletivo 2017/2018	1.003,3	-
<b>(b) Desembolsos sentenças judiciais (PSE)</b>	<b>155.534,3</b>	<b>149.748,2</b>
Processo Nº 2047/1989	121.172,5	120.820,2
Processo Nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo Nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo Nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	2.077,9
Outros Processos	5.433,8	-
<b>(c) Provisões trabalhistas PSE</b>	<b>1.350.522,2</b>	<b>1.449.021,1</b>
<b>Total (a) + (b) + (c)</b>	<b>1.545.064,3</b>	<b>1.636.108,1</b>

O saldo de R\$ 1,5 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, distribuído da seguinte forma:

a) apropriações por competência de férias e licença prêmio (R\$ 39,0 milhões), computada a apropriação por competência do ACT 2017/2018 para essas rubricas, são classificadas no ativo não circulante até a emissão das NR;

b) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de PSE (R\$ 155,5 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

c) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas ao quadro externo (PSE).

**NOTA 11 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS**

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Ativo fiscal diferido	894.933,9	970.851,5
Passivo fiscal diferido	479.660,3	513.149,9
<b>Total</b>	<b>415.273,6</b>	<b>457.701,6</b>

O saldo de R\$ 415,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 894,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 479,7 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (nota 18.3).

**NOTA 12 – CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES**

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Créditos a receber de clientes	267.171,6	267.178,8
PECLD	(267.171,6)	(267.178,8)
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

O valor de créditos a receber de clientes alcança R\$ 267,2 milhões, composto em sua integridade pelos créditos em avaliação de direito, que se encontram para solução de controvérsia entre o SERPRO e clientes junto à AGU.

O saldo total é considerado como perdas estimadas (PECLD), atendendo a recomendação da CGU.

**NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO**

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Créditos a receber EFPC – LFTSC	60.243,3	60.243,3
Outros créditos a receber	3,5	122,9
<b>Total</b>	<b>60.246,8</b>	<b>60.366,2</b>

**13.1 – Créditos a Receber de EFPC – SERPROS**

Trata-se de direito junto à EFPC no valor de R\$ 60,2 milhões, representado por Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. O ativo está reconhecido pelo valor incontroverso, do qual a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos. Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina (processo judicial nº 023.06.38548-0). O lançamento do valor incontroverso no balanço do SERPROS tomou por base parecer jurídico, concluindo não se tratar de ativo contingente.

**NOTA 14 – IMOBILIZADO**

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Descrição	Saldo em 2017	Depreciação/ Amortização	Em milhares de R\$	
			2017	2016
Edifícios	143.090,7	(26.097,2)	116.993,6	114.614,3
Terrenos	67.029,7		67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	1.456,7		1.456,7	2.539,1
Obras em andamento	23.044,5		23.044,5	57.762,4
Instalações	122.841,5	(56.600,4)	66.241,1	44.542,9
Benfeitorias propriedade de terceiros	1.934,9	(1.009,6)	925,3	699,4
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens Móveis	866.219,4	(664.048,9)	202.170,4	188.755,3
<b>Total</b>	<b>1.244.827,1</b>	<b>(750.287,1)</b>	<b>494.540,0</b>	<b>492.621,8</b>

## 14.1 – Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Adições	Alienações	Conclusão de obras	Baixas	Saldo em 2017
Edifícios	140.711,4			2.379,3		143.090,7
Terrenos	67.029,7					67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	221,0		(469,0)	(834,4)	1.456,7
Obras em andamento	57.762,4	1.194,9		(33.827,5)	(2.085,3)	23.044,5
Instalações	90.833,1	178,1		31.835,3	(5,0)	122.841,5
Benfeitorias propriedade de terceiros	1.366,4	486,6		81,9		1.934,9
IPC/90	19.209,6					19.209,6
Bens Móveis	822.639,9	84.696,8	(41.016,6)		(100,7)	866.219,4
<b>Total</b>	<b>1.202.091,7</b>	<b>86.777,5</b>	<b>(41.016,6)</b>	<b>-</b>	<b>(3.025,4)</b>	<b>1.244.827,1</b>

## 14.2 – Movimentação da Depreciação

Em milhares de R\$

Descrição	Saldo em 2016	Depreciação Acumulada	Alienações	Baixas	2017
Edifícios	(26.097,2)				(26.097,2)
Terrenos	0,0				0,0
Estudos e projetos	0,0				0,0
Obras em andamento	0,0				0,0
Instalações	(46.290,2)	(10.310,2)			(56.600,4)
Benfeitorias propriedade de terceiros	(667,0)	(342,6)			(1.009,6)
Bens Móveis	(636.415,5)	(71.130,8)	40.966,3		(666.580,0)
<b>Total</b>	<b>(709.469,9)</b>	<b>(81.783,6)</b>	<b>40.966,3</b>	<b>-</b>	<b>(750.287,1)</b>

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

Em milhares de R\$

Descrição	2016	Adições	2017
Software	525.503,3	11.567,7	537.071,0
(Amortização Acumulada)	(410.336,4)	(60.578,8)	(470.915,2)
<b>Total</b>	<b>115.166,9</b>	<b>(49.011,1)</b>	<b>66.155,8</b>

O saldo líquido do intangível no valor de R\$ 66,2 milhões corresponde a licenças de *software* e soluções empregadas na produção de serviços. Trata-se de *software* de terceiros com vida útil definida, reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização. A vida útil dos ativos é definida pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

As unidades de Brasília e São Paulo concentram 95% do total do intangível (R\$ 66,1 milhões), constituindo-se como os dois principais centros de dados da Empresa.

Em milhares de R\$

Descrição	%	Saldo em 2016	Amortização Acumulada	2017	2016
Brasília	56,7	284.139,9	(246.606,1)	37.533,8	59.528,3
São Paulo	38,4	210.165,7	(184.768,3)	25.397,4	50.362,3
Outros	4,9	42.765,4	(39.540,8)	3.224,6	5.276,3
<b>Total</b>		<b>537.071,0</b>	<b>(470.915,2)</b>	<b>66.155,8</b>	<b>115.166,9</b>

## **PASSIVO**

### **NOTA 16 – CONSIGNAÇÕES**

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Previdência Social	14.100,6	14.317,5
Pensão Alimentícia	17,1	19,3
IRRF	14.395,4	14.298,9
Tributos Federais Retidos	22.956,2	32.696,0
ISS	1.544,8	2.207,3
Plano de Previdência e Assistência Médica	8.173,2	8.300,0
Empréstimos, Retenções e Consigatários	4.809,9	4.787,7
<b>Total</b>	<b>65.997,4</b>	<b>76.626,7</b>

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados (pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica), além de tributos retidos de fornecedores.

### **NOTA 17 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS**

Trata-se de obrigações a serem recolhidas no decorrer dos próximos doze meses, já deduzidos os tributos a recuperar.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
ISS a Recolher	52.492,4	42.404,8
PIS-COFINS	40.573,6	28.262,5
INSS	18.206,9	15.800,6
FGTS	7.933,7	8.059,7
Outros tributos	129,5	17,9
<b>Total</b>	<b>119.336,1</b>	<b>94.545,5</b>

Os saldos do ISS a recolher e INSS contemplam também os valores correspondentes aos acordos de parcelamentos desses tributos, respectivamente, nos valores de R\$ 31,0 milhões (R\$ 26,4 milhões em 2016) e R\$ 2,9 milhões (R\$ 3,4 milhões em 2016), efetuados entre os exercícios de 2014 e 2017.

## NOTA 18 – IRPJ e CSLL

### 18.1 – Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

A despesa de IRPJ e CSLL corrente confrontada com o lucro contábil do exercício (R\$ 175,0 milhões) resultou em uma alíquota efetiva de 35,4%, equivalente a R\$ 61,9 em virtude das adições e exclusões previstas na legislação tributária.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, o que resultou em R\$ 51,9 milhões em 2017, contrapondo-se ao valor positivo de R\$ 60,8 milhões apurado no exercício anterior.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	174.994,4	(223.079,3)
<b>(a) Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%</b>	<b>59.498,1</b>	-
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>2.484,6</b>	<b>60.768,3</b>
Incentivos fiscais	(1.986,2)	-
Redução da base	(24,0)	-
Despesas e ganhos não tributáveis	(693,7)	-
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido	(5.495,2)	-
Reversão de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL constituído em ativo fiscal diferido	(21.930,3)	-
Diferenças temporárias	32.614,0	60.768,3
<b>Total * (a) + (b)</b>	<b>61.982,7</b>	-

\* Despesa de IRPJ e CSLL corrente – 35,4% ( alíquota efetiva)

### 18.2 – Valores reconhecidos no resultado do exercício

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
<b>(a) Despesa corrente</b>	<b>(62.564,0)</b>	-
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(61.982,7)	-
Baixa de impostos não recuperável	(581,3)	-
<b>(b) Despesa diferida</b>	<b>10.683,7</b>	<b>60.768,3</b>
Reversão de prejuízos fiscais e base negativa constituído em ativo fiscal diferido	(21.930,3)	-
Diferenças temporárias	32.614,0	-
<b>Total * (a) + (b)</b>	<b>(51.880,3)</b>	<b>60.768,3</b>

\* Resultado de Despesas IRPJ e CSLL, líquido de diferidos

### 18.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

O saldo de R\$ 415,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 894,9 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 479,7 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias.

Em milhares de R\$

Descrição*	Saldo em 2016	DRE	ORA	Saldo em 2017 **
<b>(a) Ativo fiscal diferido</b>	<b>970.851,5</b>	<b>(22.806,0)</b>	<b>(53.111,6)</b>	<b>894.933,9</b>
Provisões trabalhistas e cíveis	596.551,8	(37.598,9)	-	558.952,9
Passivo atuarial	196.959,5	29.255,6	(53.111,6)	173.103,4
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	97.265,2	1.561,9	-	98.827,1
Licença-prêmio	32.420,6	4.329,0	-	36.749,6
Provisão para acordo coletivo trabalhista 2017/2018	-	14.198,3	-	14.198,3
Plano de previdência complementar	12.450,3	(2.621,4)	-	9.828,9
Provisão para perdas prováveis	3.226,6	47,0	-	3.273,6
Multas e juros	10.047,2	(10.047,2)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa csll	21.930,3	(21.930,3)	-	-
<b>(b) Passivo fiscal diferido</b>	<b>(513.149,9)</b>	<b>33.489,6</b>	<b>-</b>	<b>(479.660,3)</b>
Processos trabalhistas – PSE	(492.667,2)	33.489,6	-	(459.177,6)
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	-	(20.482,7)
<b>Total (a) + (b)</b>	<b>457.701,6</b>	<b>10.683,7</b>	<b>(53.111,6)</b>	<b>415.273,6</b>

\* A descrição refere-se ao fato gerador dos tributos.

\*\* O saldo representa 34% do fato gerador.

#### 18.4 – Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL

Em dezembro de 2017, o saldo de crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL somava R\$ 544,5 milhões (R\$ 625,1 milhões em 2016). Essa redução resultou da compensação de R\$ 80,7 milhões do lucro tributável, o que representou um decréscimo de R\$ 27,4 milhões da despesa corrente do ano.

Os créditos tributários em questão não constam do ativo, podendo ser reconhecidos quando atenderem aos aspectos regulamentares e apresentarem efetiva perspectiva de realização.

#### NOTA 19 – FORNECEDORES

Em milhares de R\$

Descrição	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
A vencer	128.708,7	118,0	128.641,5	1.455,00
Vencidas	0,0	-	135.213,1	,00
Acordo de parcelamento	57.600,4	-	44.145,2	,00
<b>Total</b>	<b>186.309,1</b>	<b>118,0</b>	<b>307.999,8</b>	<b>1.455,0</b>

#### NOTA 20 – PESSOAL A PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

No conjunto dessas obrigações que perfazem R\$ 316,1 milhões (R\$ 280,2 milhões em 2016), registre-se que não há saldos a pagar no que tange aos incentivos do APA. Essas obrigações (R\$ 46,8 milhões), incluindo o saldo remanescente do programa em 2016, foram inteiramente liquidados no decorrer de 2017.

Além disso, consta deste grupo de contas a apropriação por competência da quantia de R\$ 49,2 milhões, referente ao ACT 2017/2018, em fase de negociação, o que foi feito com base no índice de inflação oficial. O reconhecimento tem caráter meramente contábil, uma vez que representa a melhor estimativa disponível, conforme observado nos exercícios anteriores.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
Pessoal a pagar	3.210,9	6.686,5
Apropriação por competência ACT	49.208,0	-
APA	-	21.905,7
Processo Trabalhista a Pagar	2.000,0	-
Férias	153.583,9	154.958,0
Licença Prêmio	108.087,0	96.688,4
<b>Total</b>	<b>316.089,8</b>	<b>280.238,6</b>

## 20.1 – Obrigações com Pessoal – Férias e Licença Prêmio

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

No encerramento do exercício de 2017, estimou-se que 16,28% dos empregados gozam o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio usufruída, uma vez que a conversão desse benefício em pecúnia não gera incidência de impostos e encargos sociais.

Em milhares de R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Licença Prêmio	103.871,9	4.215,0	0,0	108.087,0
Férias	141.186,3	31.559,2	(19.161,6)	153.583,9
<b>Total</b>	<b>245.058,2</b>	<b>35.774,3</b>	<b>(19.161,6)</b>	<b>261.670,9</b>

## PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### NOTA 21 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	13.762,41	14.614,15
INSS Renegociado	4.298,07	8.155,56
ISS Renegociado	53.410,86	68.463,02
<b>Total</b>	<b>71.471,3</b>	<b>91.232,7</b>

O conjunto dessas obrigações, vincendas após 12 meses do encerramento do exercício social, alcança R\$ 71,5 milhões (R\$ 91,2 milhões em 2016), assim constituídas:

i) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 13,8 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

ii) INSS Patronal (R\$ 4,3 milhões), que representa o saldo vincendo após 12 meses de parcelamento desse tributo, renegociado pelo prazo de 35 meses. Somando-se a isto a quantia de R\$ 2,8 milhões que está classificada no passivo circulante, a dívida alcança de R\$ 7,1 milhões;

iii) ISS-SP sobre a receita (R\$ 53,4 milhões), que decorre de parcelamentos

desse imposto pelo prazo de 60 meses. Cumpre esclarecer que a dívida consolidada perfaz R\$ 84,3 milhões, da qual R\$ 30,9 milhões está classificada no passivo circulante.

## NOTA 22 – PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
Processos trabalhistas	1.642.863,5	1.754.267,0
Processos cíveis	1.115,8	297,2
<b>Total</b>	<b>1.643.979,3</b>	<b>1.754.564,2</b>

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis (R\$ 1.644,0 milhões) são suficientes para representar, fidedignamente os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)).

Em 2017, houve inclusão de novos processos e mudança de expectativa de realização dentro da normalidade esperada. Além disso foram iniciadas tratativas de propostas de acordos, que estão sendo feitas pela administração junto aos reclamantes de algumas ações, especialmente, as ações de maiores valores, o que gerou impacto positivo para o exercício de 2017, apontando uma tendência de diminuição para 2018.

O processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039, insere-se no bojo dos acordos, o qual se refere à reclamação trabalhista de 564 empregados do SERPRO cedidos à RFB, que pleiteiam diferenças salariais em razão de desvio de função. O valor provisionado deste processo reduziu de R\$ 1.439,1 milhões, em 2016, para R\$ 1.345,2 milhões em 2017. Destaque-se que a expectativa de reembolso integral está registrada no ativo não circulante, portanto suas movimentações não geram impactos sobre o resultado empresarial, conforme entendimento expresso no Parecer nº GQ-56/1994 (<http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/8235>).

Também estão em curso esforços para construção de acordo para a reclamação trabalhista n.º 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto é reintegração à Empresa. A provisão associada a esse processo variou de R\$ 117,1 milhões para R\$ 124,4 milhões no último ano. O aumento observado foi mitigado em R\$ 3,5 milhões, devido à realização de acordo parcial firmado entre o SERPRO e parte dos empregados do processo. Considerando-se que o acordo está pendente de autorização da AGU, o valor foi mantido em conta de provisão.

A apropriação das provisões trabalhistas cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

### 22.1 – Processos classificados como Possíveis ou Remotos de Execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 697 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, com estimativa total em torno de R\$ 62,1 milhões, dos quais o valor de R\$ 4,5 milhões refere-se ao quadro externo.

## 22.2 – Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o SERPRO e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015.

O SERPRO ajuizou ação civil ordinária nº 2658/DF junto ao STF, que emitiu decisão favorável de tutela antecipada, concedendo a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, objeto do Auto de Infração nº 10.275/2010. O valor não foi reconhecido no passivo pelo fato deste processo não ser classificado como de provável execução.

## NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 23.1 – Capital Social

O capital social do SERPRO perfaz R\$ 1.061,0 milhões, integralmente subscrito pela União, conforme consta do Art. 5º do Estatuto Social da Empresa, publicado no DOU em 27 de março de 2017. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

### 23.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os imóveis não sofrem depreciação contábil (NE 14.2), uma vez que o SERPRO considera que os valores contábeis das edificações atingiram seus valores residuais.

O saldo de R\$ 138,2 milhões desta reserva será mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

### 23.3 – Prejuízos acumulados

Em 2017, o lucro do exercício no valor de R\$ 123,1 milhões absorveu, parcialmente, o saldo de prejuízos acumulados que retrocedeu de R\$ 309,7 milhões para R\$ 186,6 milhões.

Descrição	Em milhares de R\$
	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ajustado)	(309.730,5)
Lucro Líquido Acumulado	123.114,1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(186.616,4)</b>

## NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2017, a Empresa apresentou lucro de R\$ 123,1 milhões, contrapondo-se ao prejuízo de R\$ 162,3 milhões em 2016. A melhoria do resultado decorreu tanto da expansão de 11,4% da receita líquida quanto da redução de 8,5% dos custos e despesas operacionais, refletindo os seguintes fatos:

i) redução de 0,8% dos gastos com pessoal, o que decorreu de ajustes no maior componente de custo e despesa da Empresa, incluindo a realização de programa de incentivo à aposentadoria (APA);

ii) decréscimo de R\$ 169,0 milhões das despesas judiciais, em face à melhoria de gestão voltada à efetivação de acordos trabalhistas;

iii) redução de R\$ 31,9 milhões das despesas financeiras, o que resultou da regularização de pagamentos junto ao fisco e fundo de pensão, ambos de caráter oneroso;

iv) recuo de R\$ 39,9 milhões dos gastos de locação, comunicações e dos serviços profissionais e contratados, o que decorreu de ajustes implementados no conjunto dos gastos empresariais.

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.382.900,6</b>	<b>2.138.332,7</b>
Custo dos Serviços Prestados	(1.113.704,2)	(1.118.442,7)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.094.202,1)	(1.242.969,1)
Créditos tributários diferidos	10.683,7	60.768,3
Provisão para IRPJ e CSLL	(62.564,0)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>123.114,0</b>	<b>(162.310,8)</b>

## 24.1 – Receita Bruta e Receita Líquida

Em 2017, a receita bruta alcançou R\$ 2,9 bilhões (R\$ 2,6 bilhões em 2016), da qual deduzindo-se impostos, descontos, cancelamentos e deduções de vendas, obteve-se uma receita líquida de R\$ 2,4 bilhões (R\$ 2,1 bilhões em 2016), o que resultou em incremento de aumento de 11,4%.

Descrição	Em milhares de R\$	
	2017	2016
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.931.812,7</b>	<b>2.605.219,3</b>
( - ) ISS	(143.472,9)	(127.355,4)
( - ) PIS / PASEP	(44.332,0)	(38.833,5)
( - ) COFINS	(204.219,5)	(178.893,9)
( - ) INSS Patronal	(119.952,2)	(117.085,9)
( - ) ICMS	(182,1)	(143,6)
( - ) Descontos Concedidos	(1.882,3)	(1.132,8)
( - ) Vendas Canceladas	(1.406,0)	(3.441,4)
( - ) Outras Deduções de Vendas	(33.465,1)	-
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.382.900,6</b>	<b>2.138.332,7</b>

## 24.2 – Composição dos gastos na DRE

Em milhares de R\$

Descrição	2017			2016		
	CSP	Despesas	Total	CSP	Despesas	Total
Despesas de Pessoal	(824.724,8)	(881.108,6)	(1.705.833,4)	(797.726,9)	(839.474,9)	(1.637.201,8)
Depreciação/Amortização	(91.932,4)	(50.429,9)	(142.362,3)	(96.551,2)	(44.718,5)	(141.269,7)
Locação	(50.706,5)	(24.010,5)	(74.717,0)	(59.128,8)	(19.603,8)	(78.732,6)
Manutenção	(90.978,3)	(54.924,5)	(145.902,8)	(77.229,6)	(41.694,3)	(118.923,9)
Comunicação	(45.293,0)	-	(45.293,0)	(73.378,9)	(2.103,6)	(75.482,5)
Serviços Profissionais	(30.563,4)	(42.890,5)	(73.453,9)	(31.889,2)	(47.242,0)	(79.131,2)
Serviços Públicos	(12.387,4)	(16.901,1)	(29.288,5)	(14.159,9)	(14.840,6)	(29.000,5)
Créditos a Receber	-	(4.673,2)	(4.673,2)	-	(8.004,4)	(8.004,4)
Créditos Tributários	34.580,2	-	34.580,2	33.256,8	-	33.256,8
Disp. Tributárias	(0,8)	(3.843,2)	(3.844,0)	(63,1)	(4.279,0)	(4.342,1)
Materiais	(25,9)	(5.158,8)	(5.184,7)	(25,1)	(4.295,7)	(4.320,8)
Outras Despesas /Receitas	(1.672,0)	6.531,0	4.859,0	(1.546,6)	6.966,4	5.419,8
Judiciais	-	(17.433,7)	(17.433,7)	-	(186.436,2)	(186.436,2)
<b>Total</b>	<b>(1.113.704,2)</b>	<b>(1.094.843,0)</b>	<b>(2.208.547,2)</b>	<b>(1.118.442,3)</b>	<b>(1.205.726,6)</b>	<b>(2.324.169,1)</b>

## DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 25 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### 25.1 – Plano de Previdência Complementar

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

##### 25.1.1 – Plano SERPRO I (PS-I)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em 2017, o PS-I contava com 2.245 participantes saldados ativos e 3.752 participantes assistidos. O plano disponibiliza os seguintes benefícios:

- i) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido;
- ii) beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O plano contava com patrimônio social de R\$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$ 79,9 milhões, conforme balancete da EFPC em 30.11.2017.

##### 25.1.2 – Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2017, o PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, contava com 7.406 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 633 assistidos e pensionistas, definidos como Benefício Definido (BD).

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada e o patrocinador contribui paritariamente dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer os seguintes benefícios:

- i) participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;
- ii) beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;
- iii) designados: pecúlio por morte.

O Plano PS-II contava com patrimônio social de R\$ 3,4 bilhões e equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 383 milhões, conforme balancete da EFPC em 30.11.2017.

## 25.2 – Benefícios pós-emprego

Em 2017, o SERPRO contratou consultoria para emissão de parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

### 25.2.1 – Com relação ao PS-I

O passivo atuarial líquido (*deficit*) do plano de benefício definido foi remensurado para R\$ 509 milhões (R\$ 579 milhões em 2016), com contrapartida negativa em outros resultados abrangentes (ORA).

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador. O valor não se confunde com o *deficit* apurado pela EFPC no Plano PS-I (nota 25.1.1). Neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

Além disso, será reconhecido durante o exercício de 2018, como custo do serviço projetado ou despesas com previdência complementar, também decorrente do PS-I, o valor de R\$ 31,8 milhões.

### 25.2.2 – Com relação ao PS-II

Em 2017, foi constatado no parecer atuarial *superavit* de R\$ 551 milhões no Plano PS-II (BD) (R\$ 461 milhões em 2016). Entretanto, considerando-se a regra do teto de ativo (*asset ceiling*), esse *superavit* não deve ser reconhecido no balanço do patrocinador.

A legislação determina que o *superavit* apurado em plano BD deve ser ajustado para refletir os efeitos de suas limitações de valor líquido para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Assim, entende-se que o benefício econômico apurado somente poderá ser revertido ao patrocinador após cumpridas todas as exigências legais da previdência complementar e, posteriormente, à aprovação de todos os órgãos competentes aos quais a EFPC e o patrocinador estão subordinadas.

### 25.2.3 – Premissas técnicas

As hipóteses atuariais e financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pela EFPC e pela consultoria atuarial. As informações geradas pela consultoria atuarial tomaram por base os demonstrativos de outubro de 2017 da EFPC, projetados até dezembro.

Premissas Biométricas e Financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Duration Calculada	10,16 anos	11,94 anos
Taxa de desconto	5,20% ao ano	5,20% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A <sup>(1)</sup>	3,2% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	97,75%	97,04%
Composição familiar	Família real do Serpro	Família real do Serpro
Inflação adotada em 2017	2,95% ao ano	2,95% ao ano
Inflação projetada em 2018 Boletim Focus (BACEN)	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	9,93% ao ano	9,93% ao ano

### 25.3 – Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. No ACT 2016/2017, foi fixado em R\$ 874,08 (R\$ 799,82 no período 2015/2016). Para os dirigentes, o valor pago é de R\$ 747,60, conforme autorizado pela SEST.

### 25.4 – Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos empregados e seus dependentes. Os beneficiários deste plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% de coparticipação em consultas médicas.

Grupo II – empregados inativos/agregados: os empregados ativos são transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho em razão de licença sem remuneração. Os agregados também são incluídos no plano de acordo com as limitações previstas em regulamento.

Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% de coparticipação em consultas médicas.

A exemplo do benefício de previdência complementar, o PAS/SERPRO oferecido como incentivo aos empregados desligados no APA, também é classificado como benefício pós-emprego (NBC TG 33 (R2)). Assim sendo, a consultoria identificou a necessidade de avaliação deste programa, a fim de estimar atuarialmente o valor presente de suas obrigações. A avaliação e o reconhecimento dos impactos, no entanto, ocorrerão nos exercícios futuros.

## 25.5 – Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados. O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal.

## NOTA 26 – SEGUROS

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Ativo	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	R\$ 925.857.507,85
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$ 16.000,00 por vida
Veículo	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

## NOTA 27 – PARTES RELACIONADAS

### 27.1 – Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.484,41 e R\$ 34.109,93, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.247,93.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 40.230,89, com média de R\$ 15.898,73. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

## NOTA 28 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Os processos que representam contingência ativa, portanto, não reconhecidos

contabilmente (NBC TG 25(R1)), são controlados escrituralmente em contas de controle, assim detalhados:

- i) tomada de contas especial nº 19863.000075/2001-58 de R\$ 6.005.124,10 que trata de desvio de valores públicos;
- ii) tomada de contas especial nº 19863.000074/2001-11 de R\$ 440.376,06, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

## NOTA 29 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03 (R3)).

## NOTA 30 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES

### 30.1 – Balanço Patrimonial

#### 30.1.1 – Ativo Circulante

Este grupo de contas apresentou incremento de R\$ 106,2 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

- i) redução de 7,7% do saldo de caixa e equivalente de caixa, o que corresponde R\$ 19,5 milhões (NE 04);
- ii) aumento de R\$ 202,2 milhões dos créditos a receber de clientes, o que não gerou a devida contrapartida no saldo de caixa (NE 06);
- iii) redução de R\$ 11,2 milhões dos ressarcimentos de pessoal PSE (NE 07).
- iv) redução de R\$ 68,1 milhões dos créditos tributários, devido ao fato das antecipações terem sido integralmente constituídas como crédito tributário no ano anterior, em face da apuração de prejuízo fiscal que não gerou tributos a pagar (NE 08);

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Varição	%
. Caixa e equivalentes de caixa	232.780,5	252.297,8	(19.517,4)	(7,7)
. Créditos a Receber	391.467,0	200.423,7	191.043,4	95,3
Clientes	336.880,0	134.725,3	202.154,8	150,0
Ressarcimento de Pessoal	53.250,6	64.406,8	(11.156,2)	(17,3)
Créditos Diversos a Receber	1.336,4	1.291,5	44,9	3,5
. Créditos Tributários	95.909,6	164.015,5	(68.105,9)	(41,5)
. Demais Ativos	6.581,9	4.645,6	1.936,3	41,7
<b>Total</b>	<b>726.739,0</b>	<b>621.382,6</b>	<b>105.356,4</b>	<b>17,0</b>

#### 30.1.2 – Ativo Não Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R\$ 162,9 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

- i) redução de R\$ 91,0 milhões do ressarcimento de pessoal, decorrente de desembolsos com sentenças judiciais, revisões dos processos e expectativa de reembolso das provisões trabalhistas e cíveis (NE 10);
- ii) redução de R\$ 42,4 milhões dos créditos tributários (IRPJ e CSLL), em face de variação das provisões para apuração do ativo e passivo fiscal diferido (NE 11);
- iii) aumento de R\$ 17,8 milhões de depósitos judiciais como garantia de juízo, sobretudo, em ações de natureza trabalhista.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
<b>. Realizável a longo prazo</b>	<b>2.300.836,6</b>	<b>2.416.622,8</b>	<b>(115.786,2)</b>	<b>(4,8)</b>
Ressarcimento de Pessoal	1.545.064,3	1.636.108,0	(91.043,7)	(5,6)
Créditos tributários	415.273,6	457.701,5	(42.427,9)	(9,3)
Depósitos judiciais e recursais	280.146,8	262.342,0	17.804,8	6,8
Demais ativos realizáveis a longo prazo	60.351,9	60.471,3	(119,4)	(0,2)
<b>. Imobilizado e Intangível</b>	<b>560.695,8</b>	<b>607.788,7</b>	<b>(47.092,9)</b>	<b>(7,7)</b>
<b>Total</b>	<b>2.861.532,5</b>	<b>3.024.411,5</b>	<b>(162.879,0)</b>	<b>(5,4)</b>

### 30.1.3 – Passivo Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R\$ 79,5 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

- i) redução de R\$ 10,6 milhões, a título de consignações, devido a liquidação de tributos associados as obrigações pagas a fornecedores (NE 16);
- ii) aumento de R\$ 24,8 milhões de tributos e encargos sociais, o que decorreu do acréscimo do faturamento (ISS, PASEP-COFINS e INSS), assim como do aumento de contas a receber de clientes, cuja liquidação do PASEP-COFINS ocorre por ocasião do recebimento das faturas (NE 17);
- iii) redução de R\$ 93,6 milhões das obrigações a pagar, o que se deve, de um lado, à redução da conta de fornecedores (R\$ 121,5 milhões) (NE 19) e plano de previdência complementar (R\$ 8,0 milhões). Por outro, houve aumento de pessoal a pagar e encargos trabalhistas no montante de R\$ 35,8 milhões, face à provisão para fazer frente ao ACT 2017/2018 (NE 20);

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Consignações	65.997,4	76.626,7	(10.629,4)	(13,9)
. Tributos e encargos sociais	119.336,1	94.545,5	24.790,6	26,2
. Depósitos diversas origens	990,8	977,5	13,3	1,4
. Obrigações a pagar	539.216,5	632.873,8	(93.657,3)	(14,8)
Fornecedores	186.309,1	307.999,9	(121.690,8)	(39,5)
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	316.089,8	280.238,6	35.851,2	12,8
Plano de Previdência Complementar	36.631,6	44.627,5	(7.995,9)	(17,9)
Outras obrigações	185,9	7,8	178,1	2.283,3
<b>Total</b>	<b>725.540,8</b>	<b>805.023,5</b>	<b>(79.318,0)</b>	<b>(9,9)</b>

### 30.1.4 – Passivo Não Circulante

Este grupo de contas apresentou decréscimo de R\$ 204,1 milhões, o que decorreu das seguintes principais variações:

- i) redução de R\$ 19,8 milhões das obrigações tributárias, basicamente, devido à liquidação de parcelamentos efetuados do ISS e INSS (NE 21);

- ii) redução de R\$ 110,6 milhões das provisões trabalhistas e cíveis, face à revisão dos processos judiciais (NE 22);
- iii) redução de R\$ 70,3 milhões de obrigações junto ao plano de previdência complementar (NE 25.1).

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Fornecedores	118,0	1.455,0	(1.337,0)	(91,9)
Obrigações tributárias	71.471,3	91.232,7	(19.761,4)	(21,7)
Provisões trabalhistas e cíveis	1.643.979,3	1.754.564,2	(110.584,9)	(6,3)
Plano de previdência complementar	509.127,8	579.397,3	(70.269,5)	(12,1)
Receita diferida	1.212,5	3.396,3	(2.183,8)	(64,3)
Outras obrigações	496,1	496,1	0,0	-
<b>Total</b>	<b>2.226.405,0</b>	<b>2.430.541,7</b>	<b>(204.136,7)</b>	<b>(8,4)</b>

### 30.1.5 – Patrimônio Líquido

Este grupo de contas apresentou acréscimo de R\$ 226,1 milhões, em face das seguintes variações:

- i) redução de R\$ 103,1 milhões do passivo atuarial, com impacto positivo sobre o PL, apropriado em outros resultados abrangentes (ORA), basicamente, devido a revisão de cálculo atuarial, conforme parecer de consultoria especializada (NE 25.1.1).
- ii) redução dos prejuízos acumulados, com impacto positivo sobre o PL, em face do lucro do exercício no valor de R\$ 123,0 milhões.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
. Capital	1.061.004,8	1.061.004,8	0,0	-
. Reservas	138.214,2	138.214,2	0,0	-
. Outros resultados abrangentes	(376.030,8)	(479.133,2)	103.102,3	(21,5)
. Lucros/Prejuízos acumulados	(186.616,4)	(309.611,0)	122.994,7	(39,7)
<b>Total</b>	<b>636.571,8</b>	<b>410.474,8</b>	<b>226.097,0</b>	<b>55,1</b>

## 30.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

### 30.2.1 – Receita Bruta e Deduções das Receitas

A receita bruta registrou expansão de 12,5%, alavancada pelos serviços de processamento de dados, que correspondem a 86,4% do faturamento. Subtraindo-se as deduções de vendas, houve expansão de 11,4% da receita líquida, com impacto positivo sobre o resultado de R\$ 244,6 milhões

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.931.812,7</b>	<b>2.605.219,3</b>	<b>326.593,4</b>	<b>12,5</b>
Serviços de processamento de dados	2.534.179,3	2.193.841,5	340.337,8	15,5
Desenvolvimento de software	223.877,6	214.180,0	9.697,6	4,5
Suporte e assistência técnica	148.611,1	164.751,7	(16.140,6)	(9,8)
Demais serviços	25.144,7	32.446,1	(7.301,4)	(22,5)
<b>Deduções</b>	<b>(548.912,1)</b>	<b>(466.886,5)</b>	<b>(82.025,5)</b>	<b>17,6</b>
Impostos	(512.158,6)	(462.312,3)	(49.846,3)	10,8
Descontos	(1.882,3)	(1.132,8)	(749,5)	66,2
Vendas canceladas e Outras deduções	(34.871,1)	(3.441,4)	(31.429,7)	913,3
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.382.900,6</b>	<b>2.138.332,8</b>	<b>244.567,9</b>	<b>11,4</b>

### 30.2.2 – Custos e Despesas Operacionais

O conjunto desses gastos retrocedeu 5,5%, com impacto positivo de R\$ 120,0 milhões sobre o resultado, em larga medida, devido a acordos trabalhistas, que foram efetivados por ocasião da liquidação de processos judiciais, o que implicou redução de R\$ 169,0 milhões das despesas judiciais.

Soma-se o recuo de locação (5,1%), serviços de comunicações (40%) e profissionais contratados (7,2%), as quais geraram, em conjunto, uma economia de R\$ 39,9 milhões, o que decorreu de ajustes implementados na estrutura dos gastos empresariais, destacando-se as despesas de comunicações, cujo recuo da ordem de R\$ 30,2 milhões decorreu de novas contratações com redução de preço dos circuitos.

No caso dos gastos com pessoal e benefícios, o acréscimo de 4,2% resultou, em sua maior parte, do incremento das despesas com plano de previdência complementar. Esta última foi impactada negativamente pela despesa atuarial no valor de R\$ 86,0 milhões, apropriada ao longo do exercício.

Não obstante, os gastos com remunerações retrocederam 4,1%, o que resultou de desligamentos decorrentes do APA, assim como de ajustes na estrutura deste componente que representa 54% do total dos custos e despesas operacionais, com impacto positivo de R\$ 49,1 milhões sobre o resultado.

### 30.2.3 – Resultado financeiro

Esse grupo de contas apresentou valor positivo de R\$ 641 mil, contrapondo-se ao valor negativo de R\$ 37,2 milhões ocorrido em 2016, o que decorreu, em ampla maioria, da queda da despesa financeira (R\$ 31,9 milhões).

Com efeito, a regularização de pagamentos junto ao fisco e fundo de pensão, assim como o encerramento dos termos de acordo de instrumentos contratuais (dotação / Lei 8.020 de 1990 / aporte), ocorrido em maio de 2017, implicaram redução das despesas com juros e correção monetária que incidiam sobre essas obrigações.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Despesas Financeiras	(18.177,7)	(50.072,1)	31.894,4	(63,7)
Receitas Financeiras	18.818,6	12.829,6	5.989,1	46,7
<b>Total</b>	<b>641,0</b>	<b>(37.242,5)</b>	<b>37.883,4</b>	<b>-</b>

### 30.2.4 – Tributos sobre o lucro (IRPJ/ CSLL)

A redução de R\$ 112,6 milhões das despesas com IRPJ/CSLL foi decorrente dos seguintes fatores:

- i. redução de R\$ 50,1 milhões da despesa diferida, em grande parte, devido ao diferimento dos tributos sobre provisões trabalhistas ocorrido em 2016, o que gerou crédito de ativo fiscal trabalhista, líquido do passivo fiscal, no valor de R\$ 43,5 milhões.
- ii. apuração da despesa corrente de R\$ 62,6 milhões sobre o lucro fiscal, ocorrido em 2017, contrapondo-se ao prejuízo fiscal de 2016, quando não houve registros desses impostos.

Em milhares de R\$

Descrição	2017	2016	Variação	%
Despesa Diferida	10.683,7	60.768,3	(50.084,6)	(82,4)
Despesa Corrente	(62.564,0)	0,0	(62.564,0)	-
<b>Total</b>	<b>(51.880,3)</b>	<b>60.768,3</b>	<b>(112.648,6)</b>	<b>(185,4)</b>

O confronto entre a receita operacional líquida (R\$ 2,38 bilhões) e o total dos gastos, incluindo os custos, as despesas operacionais, resultado financeiro e tributos sobre o lucro, perfazendo R\$ 2,26 bilhões, resultou em lucro do exercício no montante de R\$ 123,1 milhões, interrompendo dois anos de prejuízos.

---

Maria da Glória Guimarães dos Santos  
Diretora- Presidente

---

André de Cesero  
Diretor de Relacionamento com Clientes

---

Izabel Cristina da Costa Freitas  
Diretora de Governança e Gestão

---

Antônio Luiz Fuschino  
Diretor de Desenvolvimento

---

Iran Martins Porto Junior  
Diretor de Operações

---

Antônio de Pádua Ferreira Passos  
Diretor de Administração

---

Carla Ribeiro Alves Marques  
Contadora CRC-DF 015723/0-9

**NOTA 31 – Anexo I – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis**

<b>Norma</b>	<b>Assunto</b>	<b>CPC</b>	<b>IASB</b>
NBC TG 26(R4)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	CPC 26 R1	IAS 1
NBC TG 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	CPC 13	
ITG 10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos	CPC 10	
NBC TG 27 (R3)	Ativo Imobilizado	CPC 27	IAS 16
NBC TG 30	Receitas	CPC 30 R1	IAS 18
NBC TG 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	CPC 09	
NBC TG 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23	IAS 8
NBC TG 24	Evento Subsequente	CPC 24	IAS 10
NBC TG 25(R2)	Provisões , Passivos Contingentes e Ativos Contingentes,	CPC 25	IAS 37
NBC TG 01(R2)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01	IAS 36
NBC TG 33(R2)	Benefícios a Empregados	CPC 33 R1	IFRS19
NBC TG 32(R3)	Tributos sobre o Lucro	CPC 32	IAS 12
NBC TG 03(R3)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03 R2	IAS 7
NBC TG 37(R5)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	CPC 37 R1	IFRS 1

## Anexo II – Legislação aplicável

LEI Nº	Data	Assunto
Decreto 101/1991	17/04/1991	Regulamenta a Lei nº 8.167/91, que altera a legislação do IR relativa a incentivos fiscais e condições operacionais dos fundos de investimentos regionais.
Decreto 6.976/2009	07/10/2009	Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.
Instrução Normativa 787/2007	20/11/2007	Institui a Escrituração Contábil Digital.
Lei Complementar 109/2001	29/05/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar.
Lei Complementar 116/2003	31/07/2003	Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
RIR 99/ Decreto 3.000	26/03/1999	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.
Lei 4.516/1964	01/12/1964	Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.
Lei 5.615/1970	13/10/1970	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
Lei 6.404/1976	15/12/1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Lei 8.020/1990	12/04/1990	Dispõe sobre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.
Lei 8.666/1993	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei 9.245/1995	26/12/1995	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.
Lei 9.430/1996	27/12/1996	Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta.
Lei 9.636/1998	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei 10.406/2002	10/01/2002	Institui o Código Civil.
Lei 10.833/2003	29/12/2003	Altera a Legislação Tributária Federal.
Lei 11.638/2007	28/12/2007	Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei 11.941/2009	27/05/2009	Entre outros, institui regime tributário de transição, alterando a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Lei 12.942/2013	27/12/2013	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.
Lei 12.973/2014	13/05/2014	Revoga o Regime Tributário de Transição e dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil.
Portaria MF 184/2008	25/08/2008	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

## Sumário de Siglas e Abreviaturas

ACT – Acordo Coletivo de Trabalho	LFTSC – Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
AFD – Ativo Fiscal Diferido	MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
AGU – Advocacia-Geral da União	MF – Ministério da Fazenda
APA – Ações de Preparação para a Aposentadoria	MP – Ministério do Planejamento
BACEN – Banco Central do Brasil	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
BD – Benefício definido	MPT – Ministério Público do Trabalho
BRGAAP – Normas de Contabilidade Geralmente Aceitas no Brasil	NBC TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	NR – Nota de Ressarcimento
CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	ORA – Outros Resultados Abrangentes
CD – Contribuição definida	PAS-ODONTO/SERPRO – Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	PAS/SERPRO – Programa de assistência à saúde dos empregados do SERPRO
CGPAR – Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participação Societária da União	PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
CGU – Controladoria Geral da União	PECLD – Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa
CMN – Conselho Monetário Nacional	PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	PFD – Passivo Fiscal Diferido
COJUR – Consultoria Jurídica	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis	PIS – Programa Integração Social
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	PLR – Participação nos Lucros e Resultados
CSP – Determinação do custo dos serviços prestados	PS-I – Plano SERPRO I
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	PS-II – Plano SERPRO II
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa	PSE – Pessoal Serviço Externo
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	Receitanet – Declaração do Imposto de Renda via Internet
DVA – Demonstração do Valor Adicionado	RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar	RVA – Remuneração Variável Baseada em Ações
FAE – Fundo de Aplicação Extramercado comum	SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	SEST – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste	SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica	SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
IEA – Indenização Especial de morte por Acidente	STF – Supremo Tribunal Federal
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	TI – Tecnologia da Informação
IPA – Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente	TR – Taxa Referencial
IPC – Índice de Preços ao Consumidor	TST – Tribunal Superior do Trabalho
IRPJ – Imposto Renda Pessoa Jurídica	VT/SP – Vara do Trabalho de São Paulo
ISS – Imposto sobre Serviços	
ITG – Interpretação Técnica Geral	